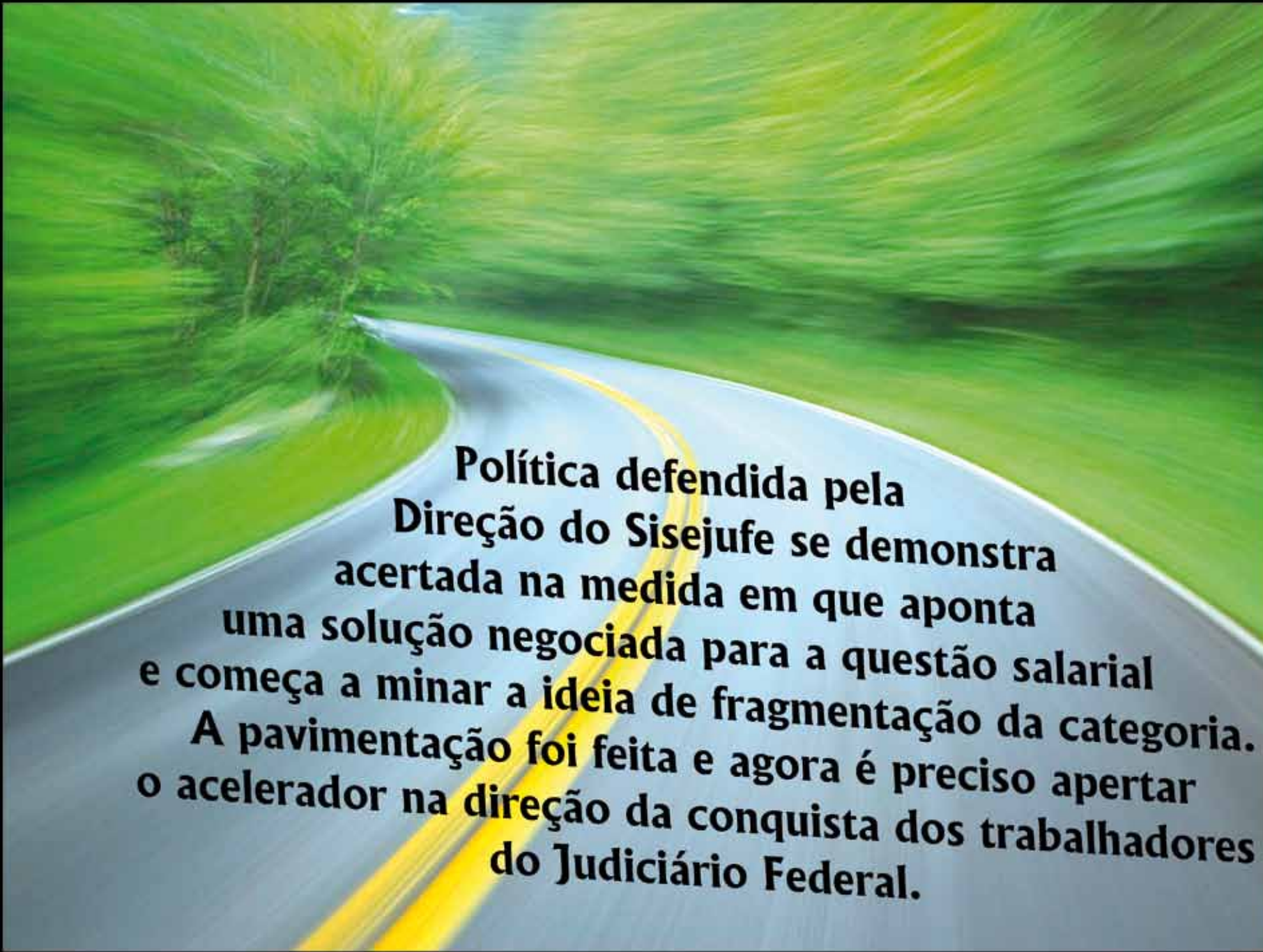


Substitutivo ao PL 6.613/09 pode afastar a ameaça da fragmentação



**Política defendida pela
Direção do Sisejufe se demonstra
acertada na medida em que aponta
uma solução negociada para a questão salarial
e começa a minar a ideia de fragmentação da categoria.
A pavimentação foi feita e agora é preciso apertar
o acelerador na direção da conquista dos trabalhadores
do Judiciário Federal.**

Leia Mais

EDITORIAL

Para onde vai o Judiciário?

Apesar da incompreensão de setores da direção da Fenajufe quando, sem abrir mão da pauta geral dos servidores públicos federais (SPF), propusemos definir o PL 6.613/09 como pauta específica para direcionar a luta da categoria

Página 2

IMPOSTO SINDICAL

Sisejufe finaliza os procedimentos de devolução dos 60% para seus filiados

Cumprindo compromisso da direção do Sisejufe sobre a devolução dos valores do Imposto Sindical para os servidores sindicalizados, a diretoria está realizando os últimos procedimentos para facilitar a devolução da contribuição aos seus sindicalizados

Página 3

CAMPANHA SALARIAL 2014

Categoria no Rio se mobiliza para construir forte greve

Atendendo à convocação da direção do Sisejufe, servidoras e servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro iniciaram o processo de mobilização na quarta-feira, dia 9 de abril, para a construção de uma forte greve por tempo indeterminado

Página 6

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Gestão financeira do Sisejufe é aprovada por unanimidade

Em março, servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro filiados ao Sisejufe, aprovaram, em assembleia ordinária, de forma unânime, a prestação de contas do sindicato

Página 8

CULTURA

Coral do Sisejufe inicia os trabalhos dia 6 de maio. Inscrições já estão abertas

O Coral do Sisejufe fará sua primeira reunião no dia 6 de maio. As inscrições encontram-se abertas por meio do e-mail contato@sisejufe.org.br, ou pelo telefone (21) 2215-2443

Página 12

Para onde vai o Judiciário?

Editorial

Apesar da incompreensão de setores da direção da Fenajufe, a categoria no Rio, sem abrir mão da pauta geral dos servidores públicos federais (SPF), propôs definir o PL 6.613/09 como pauta específica para direcionar a luta da categoria

A Campanha Salarial de 2014 começa a delinear seus primeiros contornos para o Judiciário Federal a partir da reunião do diretor-geral do Supremo Tribunal Federal (STF) com os representantes da Fenajufe, no dia 8 de abril. Para a direção do Sisejufe, uma etapa importante da luta pela reposição salarial foi cumprida ao encaminhar para a Presidência do STF os estudos orçamentários de viabilidade acerca da implantação do PL 6.613/09, que foi a introdução de uma alternativa viável de valorização salarial para conter o movimento de fragmentação gerado a partir das propostas de carreiras exclusivas. Além do STF, os

estudos foram encaminhados para os presidentes dos tribunais superiores e seus respectivos diretores-gerais. Ao disponibilizá-los, o Sisejufe buscou construir um ambiente favorável para a rápida construção de uma proposta conjunta dos tribunais superiores.

Apesar da incompreensão de setores da direção da Fenajufe quando, sem abrir mão da pauta geral dos servidores públicos federais (SPF), propusemos definir o PL 6.613/09 como pauta específica para direcionar a luta da categoria, sabíamos que era preciso conhecer as informações do custo da implantação, para comprovar a sua viabilidade e instrumen-

talizar os que farão a defesa e negociação da reposição salarial. Atualmente, os estudos demonstram que é absolutamente possível que o governo conceda o aumento quase sem impactar a receita disponível para gastos de pessoal do Poder Judiciário Federal. Com os prazos se esgotando para negociação de um projeto novo, um substitutivo ou um aditivo encaminhado pelo STF será a via mais rápida para implantação de proposta de reposição salarial. E, ao que parece, o STF começa a compreender também dessa forma.

Aos constantes ataques de uma oposição que nos acusa de não encaminhar a pauta deliberada pela Federação, somente podemos deduzir que essa não compreende a necessidade concreta da categoria por melhoria salarial agora e que um movimento forte dos servidores públicos federais é fundamental para as conquistas gerais e pode sim dobrar qualquer governo, desde que tal movimento exista.

Sabemos que o governo da presidente Dilma é intransigente e não está aberto a nenhum diálogo com os servidores. A presidente conta com a Copa do Mundo para diluir, em meio ao espetáculo, as lutas gerais e específicas que os movimentos sociais, incluindo os servidores públicos, estão colocando nas ruas. A intensificação da luta tem que ser nesse momento e a categoria precisa reagir mais intensamente para obter as conquistas. Mas onde estão os parceiros dessa importantíssima luta? Onde está a forte construção dos servidores públicos federais para derrotar o governo? A construção para ser unificada precisa mais que uma carta de intenções do fórum dos servidores públicos federais. Precisa contagiar a base de todas as categorias!

Enquanto aguardamos pela construção da greve-geral dos servidores públicos federais, para buscar um reajuste para todos, não

desistimos de lutar também por um reajuste específico, assim como fazem todas as categorias que entraram na Campanha Salarial 2014. Os trabalhadores em educação das Instituições Federais do Ensino Superior, único setor dos servidores federais que de fato deflagrou greve, priorizou a sua pauta específica e está voltada para sua mesa de negociação. E nós perguntamos, para onde vai o Judiciário? Dependendo da condução da luta, podemos esperar somente pela greve dos SPF como deseja a oposição, e esperar que o governo apresente uma proposta para todos quando ele assim desejar, ou podemos lutar para que o Poder Judiciário cumpra, agora, o seu papel e valorize todos os seus servidores, como desejam todos os que verificam a defasagem salarial crescer mês a mês, dando um basta nos setores que constróem a divisão da categoria com as propostas de carreiras exclusivas?

Sisejufe firma novos convênios

No dia 21/03/2014, a Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho da 1ª Região (ASJTRio) e o Sisejufe firmaram termo de parceria para concessão de direitos de utilização dos convênios que poderão ser utilizados por todos os sindicalizados e associados. A parceria visa aumentar o número de convênios com objetivo de oferecer produtos e serviços de qualidade com vantagens especiais.

A recente parceria proporcionou convênio com montadoras

de veículos, com os quais os associados e sindicalizados poderão obter desconto nas concessionárias conveniadas além de outros que estão em fase de negociação.

Para verificar as parcerias existentes os sindicalizados poderão acessar os links com os convênios já existentes: http://www.asjtrio.com.br/convenios/home_convenios.html (ASJTRio) e <http://sisejufe.org.br/wprs/sindicato/convenios> (Página de Convênios do Sisejufe).



Contraponto

SISEJUFES: Filiado à FENAJUFES e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcellos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Willians Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

EDIÇÃO: Fortunato Mauro – **REDAÇÃO:** Fortunato Mauro (MTb 20732) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Bruno Franco (MTb 66.119)
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Max Leone, Fortunato Mauro, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso
em Papel
Reciclado.
7,5 mil
exemplares.

Sisejufe finaliza os procedimentos de devolução dos 60% para seus filiados

Imposto Sindical Diretoria continuará atuando para a suspensão definitiva do desconto

Desde 2011, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) vem conseguindo derrubar a liminar que o Sisejufe obtivera contra cobrança do Imposto Sindical. Desse modo, o sindicato tem que se habilitar para receber a parte que lhe cabe do imposto (60% do que é arrecadado), para evitar que a CSPB fique com os recursos que seriam destinados ao Sisejufe ou que não seriam, caso ela não insistisse na pendenga judicial, descontados um dia de trabalho dos servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro.

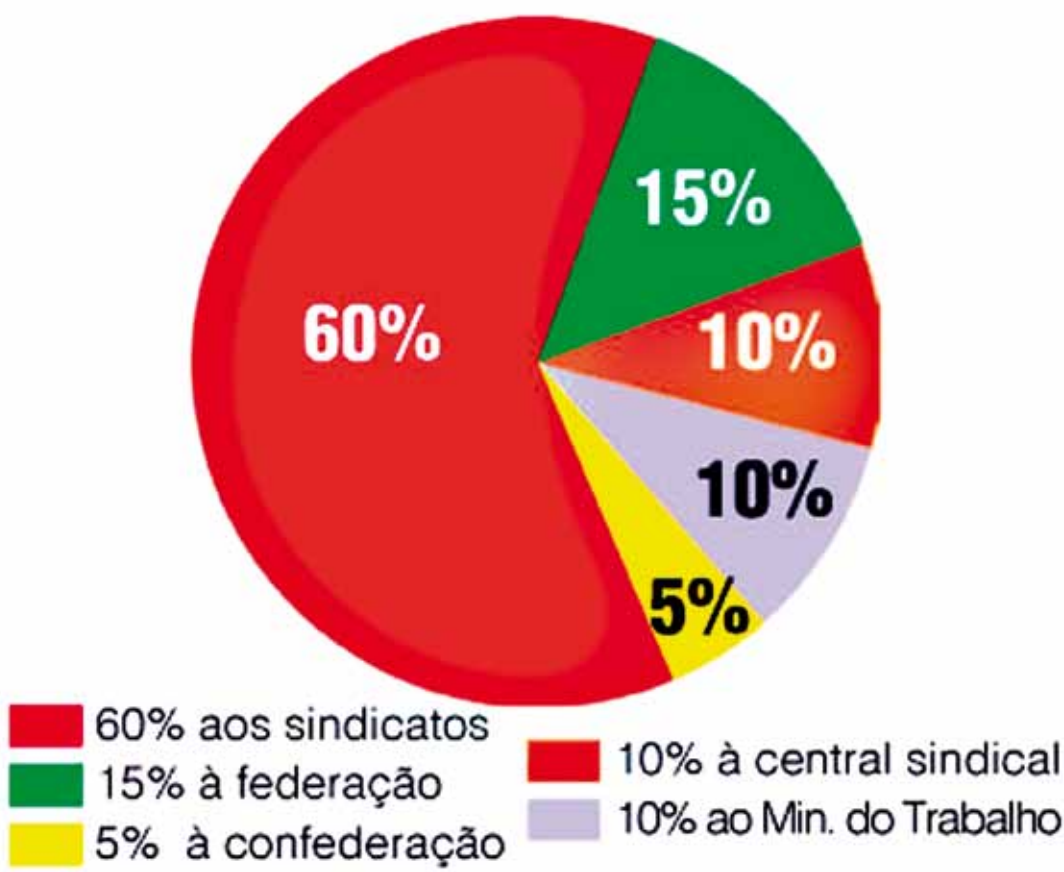
Assim, a direção do Sisejufe pode devolver aos servidores sindicalizados a parte do imposto dirigida à entidade. De acordo com a lei, a distribuição é feita da seguinte maneira: 60% para os sindicatos; 15% para as federações; 5% para confederações; 10% para centrais; e 10% para o governo. O montante que será devolvido aos sindicalizados será de R\$ 428.451,10.

Ao longo desse período, o Sisejufe tem aperfeiçoado, cada vez mais, os procedimentos para realizar a devolução da forma mais rápida possível, encurtando o prazo entre o desconto e a devolução para os filiados. Em 2013, o crédito dos 60% do Imposto Sindical, descontado do servidor sempre no mês de março, foi devolvido no mês de abril. Em 2014 não será diferente, a devolução também será realizada antes do final desse mês.

Finalizada a organização da listagem dos servidores filiados e respectivos valores descontados para elaboração da folha suplementar, no dia 10 de abril o Sisejufe enviou requerimento para que seja gerada a Guia de Recolhimento da União (GRU) para depósito dos valores na conta

Cumprindo compromisso histórico da direção do Sisejufe sobre a devolução dos valores referentes ao imposto sindical para os servidores sindicalizados, a diretoria está realizando os últimos procedimentos, em parceria com os setores de pagamento do TRF2 e da SJRJ, para facilitar a devolução do imposto aos seus sindicalizados

COMO O IMPOSTO SINDICAL É DIVIDIDO



do TRF2 e SJRJ. Dessa forma o próprio TRF2 e a Sessão Judiciária farão o repasse da devolução para os servidores em folha de pagamento.

A contribuição sindical está prevista nos artigos 578 a 591 da CLT. Possui natureza tributária e é recolhida compulsoriamente pelos empregadores no mês de janeiro e pelos trabalhadores no mês de março de cada ano. O Art. 8º, inciso IV, in fine, da Constituição Federal prescreve o recolhimento anual por todos aqueles que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, independentemente de serem ou não associados a um sindicato.

Sisejufe atua junto ao CNJ e ao CJF

Na sessão de 25 de feve-

reiro desse ano (2014), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) julgou a legalidade do desconto do Imposto [Contribuição] Sindical para os servidores públicos vinculados à Justiça Federal, ao indeferir o pedido de providências 0002486-31.2013.2.00.0000, que buscava a suspensão do desconto compulsório do imposto e, portanto, manteve o ato do Conselho da Justiça Federal (CJF) que impõe o desconto contra os servidores da Justiça Federal. O Sisejufe atuou como interessado nos autos do PP- 0002486-31.2013.2. 00.0000 no CNJ, na luta para que os servidores que compõe a base da categoria sejam liberados do pagamento da contribuição sindical compulsória. A decisão do CNJ ratificou a obrigatoriedade do descon-

to para 2014, mas a luta pelo afastamento definitivo da cobrança compulsória continua.

Antecedentes

Em 2013, o Sisejufe protocolou Procedimento de Controle Administrativo (PCA) perante o CJF para que seja determinado à Justiça Federal da 2ª Região que se abstenha de descontar a contribuição sindical, anual e compulsória das remunerações dos servidores.

A fundamentação utiliza-

da para afastar a cobrança compulsória foi a de que o Imposto Sindical não encontra guarida no ordenamento jurídico, porquanto a regra da CLT não se aplica aos servidores públicos, de modo que o desconto discutido acaba por violar os artigos 2º, 5º, II, 8º, I, 37 e 150, I, da Constituição Federal, tanto mais que em matéria tributária é vedado o emprego de analogia para exigir tributo [Artigo 108, § 1º, do Código Tributário Nacional].

Segundo a advogada Araceli Rodrigues, do escritório Cassel & Ruzzarin Advogados, “diversos órgãos da Administração Federal não admitem a incidência do Imposto Sindical contra os servidores públicos, como, por exemplo, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Superior Tribunal Militar (STM), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o STF e o Tribunal de Contas da União (TCU). Ademais, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) revogou a Instrução Normativa nº 1, de 2008, acabando com a inconstitucional determinação para que os órgãos da Administração recolhessem o Imposto Sindical dos servidores”.

O Sisejufe continuará atuando para a suspensão definitiva do desconto na Justiça Federal, assim como para impedir que haja desconto nas demais Justiças.

Da Redação.



Substitutivo ao PL 6.613/09 a ameaça da fragmentação

Campanha Salarial Política defendida pela Direção do Sisejufe se demonstra acertada na medida em que

Bruno Franco*

Os coordenadores da Fenajufe, Luís Cláudio dos Santos Corrêa e Cleto de Oliveira Vieira entre outros, se reuniram com Miguel Fonseca, diretor-geral do Supremo Tribunal Federal (STF), e com o chefe de Gabinete da Presidência do STF, Silvío Albuquerque, na terça-feira, dia 8 de abril. O encontro teve por objetivo negociar a constituição de uma comissão, informal, para discutir a questão da atualização salarial, bem como a elaboração de plano de carreira que visa a corrigir as diversas distorções existentes na categoria. A intenção é que a comissão seja paritária, contando com representantes sindicais e também com os diretores-gerais dos tribunais superiores, que foram convidados a fazer parte da mesma.

Na reunião, os representantes do STF deixaram claro que o ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo e também do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tomou conhecimento das planilhas elaboradas pelo economista Washington Lima, por encomenda do Sisejufe, que comprovam que o custo orçamentário da implantação do Projeto de Lei 6.613/2009 não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e as estudou. Assim, segundo os prepostos do STF, o entendimento no STF é que o melhor encaminhamento para o reajuste salarial seria a proposição de um substitutivo ao Projeto de Lei 6613.

O acerto da tática do Sisejufe

A sinalização do Supremo é que o substitutivo valeria



A insistência da Direção do Sisejufe na defesa de que é preciso apontar pauta salarial específica se mostrou acertada na medida em que os estudos de impactos orçamentários financeiros entregues aos tribunais superiores criaram as condições para elaboração de um substitutivo ao PL 6.613/09

para toda categoria, o que implicaria o descarte dos projetos que visam à constituição de carreiras exclusivas aos servidores dos tribunais superiores, arrefecendo, assim, a grave ameaça de fragmentação que alarmou a categoria judiciária nos últimos meses.

Na avaliação de Luís Cláudio Corrêa, presidente do Sindicato dos Servidores da

Justiça do Trabalho da 11ª Região – Amazonas e Roraima (Sitra-AM/RR) e coordenador da Fenajufe, não é ainda uma conquista, mas, já é um bom caminho. “É o resultado de um trabalho feito com inteligência: exercendo pressão nas pessoas e instituições certas e aproveitando o que já havia de concreto que é o PL 6.613/2009”, conclui o dirigente sindical. É justamente

a tática que a direção do Sisejufe vinha propondo e defendendo nos atos e assembleias realizados com a categoria no Rio de Janeiro, dando conta do claro indício de que a diretriz estabelecida pelo sindicato é a mais apropriada para a condução da luta salarial, dadas a conjuntura e a correlação de forças atuais, comprovando que apenas o discurso vazio, verbalizado e

operacionalizado pela oposição, o da unidade com os demais servidores públicos federais, com a proposição de pautas genéricas e sem luz de realidade se esvai diante da firmeza de propósitos e da coerência entre ação e tese.

Destaque-se que atual diretoria do Sisejufe luta pela implantação do que avalia ser a melhor solução negocial, porém, independentemente,

6.613 pode afastar fragmentação

aponta uma solução negociada para a questão salarial e começa a minar a ideia de fragmentação da categoria



Foto: Bruno Franco

sequer chega aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LFR), comprovando que a justificativa alegada pelo governo federal em não conceder reajustes aos servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (MPU), com base nessa legislação, é improcedente.

João Dado - que apresentou parecer favorável pela adequação financeira e orçamentária na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara Federal - recebeu o estudo e afirmou que o mesmo é um importante elemento para a sua análise como relator da matéria, posto que o governo federal, junto à CFT, tem sido o principal obstáculo para a aprovação da proposta, utilizando o velho e surrado argumento de que haverá impacto considerável sobre os gastos da União com pessoal.

Valter Nogueira afirmou que, segundo o estudo do economista Washington Lima (especialista em Orçamento

Público Federal, participante da elaboração dos quatro Planos de Cargos e Salários da categoria e realizador de inúmeros estudos sobre a remuneração, a movimentação processual e o saldo nos orçamentos para pagamento de passivos para os trabalhadores do Poder Judiciário), vai exatamente na contramão dos argumentos do governo.

O deputado, por fim, sugeriu que se busque estabelecer o consenso no interior da categoria, assim como estabelecer contatos com ministros do STF, para que seja criado um ambiente favorável à aprovação do PL 6.613/2009 ou outro que venha a substituí-lo.

Tribunais superiores também receberam os estudos

Na oportunidade, no dia 19 de março, além de ter se reunido com o relator do PL 6.613/2009, para entregá-lhe os estudos de impacto financeiro que poderiam subsidiar a aprovação do

referido PL, ou seu substitutivo, o diretor do Sisejufe os entregou, também, a todos os presidentes de tribunais superiores e seus diretores-gerais. A medida teve por intuito produzir um ambiente favorável, para que o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa pudesse entender os estudos e enviá-los para a composição de um possível substitutivo ao PL 6.613, conforme relatado pelo dirigente da Fenajufe, Luís Cláudio Corrêa.

A tática, portanto, se confirmou acertada na medida em que os relatos apontam que o presidente do Supremo poderá propor, em função dos dados orçamentários e financeiros, adequados à LFR, um substitutivo ao PL 6.613, impactando, de uma só vez na solução salarial e no desaparecimento da política de segregação, pela carreira, de grande parte da categoria.

*Da Redação.

”É o resultado de um trabalho feito com inteligência: exercendo pressão nas pessoas e instituições certas e aproveitando o que já havia de concreto que é o PL 6.613/2006. E é justamente essa a tática que a direção do Sisejufe vinha propondo e defendendo nos atos e assembleias realizados com a categoria

da aprovação dessa ou de outra proposta, o importante é que a categoria obtenha a reposição salarial. O esforço desta direção é para somar na luta.

Sisejufe se reuniu com relator do PL 6.613/09

O diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira esteve reunido, em 19 de março, com o deputado federal João Dado (SDD-SP), relator do PL 6.613/2009. Na oportunidade, Nogueira entregou ao parlamentar os estudos que comprovam que o custo orçamentário da implantação do projeto de lei em questão



Foto: Fortunato Mauro

Relator do PL 6.613/09 recebe os estudos de impactos orçamentários e financeiros realizados pelos sindicatos do Rio, Minas, Campinas e Pará

Categoria no Rio se mobiliza para construir a greve

Campanha Salarial Disposição de luta não faltará aos servidores do Judiciário Federal no Rio

Atendendo à convocação da direção do Sisejufe, servidoras e servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro iniciaram o processo de mobilização na quarta-feira, dia 9 de abril, para a construção de uma forte greve por tempo indeterminado. Diretores do sindicato, ativistas e funcionários do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1) e da Seção Judiciária do Rio de Janeiro da Justiça Federal (SJRJ) participaram da paralisação de três horas nos respectivos tribunais

Bruno Franco
e Max Leone*

Manifestações e atos foram promovidos nas portas dos prédios entre 11h e 14h. Toda a movimentação foi em defesa da isonomia do quadro de pessoal do Judiciário Federal, contra o projeto do Supremo Tribunal Federal (STF) de divisão dos servidores e pela campanha por reajuste salarial isonômico com as carreiras típicas de Estado.

Uma assembleia está marcada para o dia 29 de abril - em função do cenário nacional e das possibilidades de êxito na luta - para homologar a deflagração de uma greve do funcionalismo do Poder Judiciário Federal por tempo indeterminado. “Precisamos construir um movimento unificado de nossa categoria. Temos que aproveitar a Copa do Mundo, as eleições de outubro e a queda de popularidade do governo Dilma para pressionar o Executivo e o Judiciário e garantir nossas reivindicações, principalmente a derrubada do projeto do STF que desmonta nossa carreira”, afirmou Valter Nogueira Alves,

diretor-presidente do Sisejufe.

O dirigente ressaltou que os servidores do Judiciário precisam estar unidos com os demais setores do funcionalismo público federal para dar um claro recado ao governo de que eles vão lutar por pontos como o da instituição de data-base, reajuste linear e negociação coletiva, sem é claro, deixar de lado as questões específicas da categoria do Judiciário Federal, como a aprovação do PL 6.613 ou seu substitutivo, entre outras pendências, principalmente o projeto de fragmentação da categoria do Supremo.

Chamamento à mobilização e à organização

A diretora do Sisejufe Mariana Liria que a categoria enfrentou dificuldades ao longo dos anos mas conseguiu conquistar vitória por meio de muita luta. Ela alertou para o que chamou de “ditadura das funções comissionadas”, fator que dificulta ainda mais a organização e a mobilização dos servidores. Segundo a dirigente, o funcionalismo do Judiciário Federal precisa intensificar a luta pelas reivindicações específicas e

não somente ficar apegado à proposta de reajuste linear de 36% que o conjunto dos servidores federais está reivindicando. “Não podemos deixar de lado, de maneira alguma, nossas questões específicas”, afirmou Mariana.

A servidora do TRF2 Lenilda Maria Correa pregou a união dos servidores em torno dos assuntos que estão em jogo. Ela criticou os colegas que em muitas vezes não participam da mobilização. Ela citou, como exemplo positivo a ser seguido, a recente greve dos garis da Comlurb que se constatou vitoriosa na luta contra a Prefeitura do Rio. “Eles (os garis) devem servir de exemplo. Eles peitaram a Prefeitura, correndo risco de demissão e ganharam aumento. Tem muito colega do Judiciário que se esconde e na hora da luta não aparece”, apontou a servidora.

Na Justiça Federal, o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano informou a respeito da mobilização contra o famigerado projeto de lei, em gestação no STF, que visa a estabelecer uma carreira exclusiva para os servidores do referido órgão. Ponciano antecipou

que será criada uma comissão de negociação para discutir a grave ameaça à categoria, representada pela possibilidade de serem estabelecidas carreiras exclusivas nos tribunais superiores. Caso aprovada, ela será composta pelos diretores gerais desses tribunais e por dirigentes sindicais (conforme relatado na matéria “Substitutivo ao PL 6.613 pode afastar a ameaça da fragmentação”).

No TRE, Moisés Leite, diretor do Sisejufe, fez um apelo para que os servidores do Judiciário Federal participem, em maior número, dos atos e assembleias sindicais. “Caso façamos paralisações fortes, elas serão curtas. Quanto mais fortes, mais rápido vêm os resultados. É melhor para nós e para o país”, explicou o diretor.

No Foro da Avenida Venezuela, os diretores Edson Mouta e Mário César Pacheco comandaram as atividades no local. Segundo Pacheco, o 6º juizado fechou o balcão por meia hora de 13:30 a 14h.

Oposição pautada pela mentira

A oposição sindical cai em contradição diante de

suas próprias inverdades. O servidor Eduardo Pelaes, do TRT1, admitiu, durante o ato na avenida Rio Branco, em frente à Justiça Federal, que os que fazem o contraponto à direção do Sisejufe não são apartidários, como antes apregoavam, e sim militantes do PSTU (no caso dele), do PSOL e independentes. Além disso, outro servidor, Rinaldo Martins, do TRE, também integrante da oposição, afirmou que a direção sindical não convocou a atividade nas zonas eleitorais (ZE) e sequer mandou e-mail esclarecendo os motivos da paralisação.

Rinaldo foi pronta e publicamente desmentido pelo diretor Roberto Ponciano, que afirmou que o diretor de base João Mac-Cormick enviou mensagem por correio eletrônico a todas as ZE e que a mesma foi respondida por membros da oposição, o que atesta o recebimento da mesma, o que fez com que o servidor, após ter declarado que não responderia acusações pessoais, se retirasse subitamente da atividade.

*Da Redação.



Assembleia se manifesta pela isonomia e contra a fragmentação dos servidores do Judiciário Federal

Foto: Bruno Franco

Gestão financeira do Sisejufe é aprovada por unanimidade

Prestação de Contas Entidade segue com sua gestão transparente e profícua

Na quarta-feira, 26 de março, os servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro filiados ao Sisejufe, aprovaram, em assembleia ordinária, de forma unânime, a prestação de contas do sindicato. Na ocasião, foram aprovados, ainda, igualmente por unanimidade, a Previsão Orçamentária e o Planejamento Estratégico para 2014

Bruno Franco*

O evento foi realizado no auditório do Sisejufe e contou com a participação de cerca de 70 pessoas. A apresentação inicial foi feita por Marcelo Nobile, gerente administrativo do sindicato, que explicou a variação das receitas e das despesas, nos meses nas quais elas oscilaram, e destacou o crescimento da arrecadação da entidade, com base no crescimento do número de sindicalizados, que hoje somam 5.493.

Nobile explicou que, embora não seja obrigatório, o sindicato considera justo avaliar a depreciação dos bens arrolados em seu ativo, o que permite aos servidores sindicalizados uma ideia mais real do estado do ativo imobilizado, do patrimônio da entidade. Informou, o gerente, que o sindicato dispõe, atualmente, de um aplicativo financeiro (jFinanças) que faz a gestão do fluxo de caixa. “O aplicativo mostra o saldo diário, o que foi orçado e o que já foi realizado. Nele há como se exercer o controle de todo o orçamento e se ter uma visão macro da condição financeira do sindicato”.

Transparência é confiança categoria

O diretor-presidente do Sisejufe, Válder Nogueira Alves, explicou aos presentes que as aquisições feitas pelo sindicato são sempre orçadas, e que se baseiam em, pelo menos, três orçamentos distintos, optando sindicato pela oferta que apresentar menor preço. Nogueira destacou ainda a melhoria na segurança da

informação. É necessário um login para ter acesso ao sistema de informática do sindicato, o que protege os dados da entidade, que são ainda armazenados em dois backups, em servidores distintos. “É bom que essas ações de transparência contábil e segurança de informação se incorporem à prática administrativa e se tornem rotina, não apenas para a gestão atual, como para as que lhe sucederem”, defende o presidente.

O presidente do Conselho Fiscal, Alex Oliveira, relatou que o saldo das benfeitorias foi adequadamente descrito pela contabilidade do sindicato e que o mesmo atendeu o pedido, feito pelo Conselho, de que fosse elaborado um calendário de atividades políticas, posto que a mobilização decorrente da imprescindível campanha salarial, deflagrada esse ano, leva a um aumento nos gastos extraordinários. “Na visão do Conselho, a direção está de parabéns, pois o sindicalizado pode obter as informações de que necessita. Basta requerê-las. Isso aumenta a confiança do sindicalizado em relação à

honestidade da direção e reforça a credibilidade do sindicato”, elogiou Oliveira.

O diretor-presidente esmiuçou o Planejamento e Previsão Orçamentária e Financeira para o ano de 2014. A receita prevista para esse ano perfaz R\$5.049.583, incluindo R\$3.751.978 referentes a consignações e 615.393 de contribuição da empresa Qualicorp (administração dos convênios com saúde). Nogueira destacou que o sindicato está construindo seis novas suítes e seis novos chalés em sua Sede Campestre, ao custo de 270 mil reais, e que as instalações já existentes receberão diversas benfeitorias, como a construção de uma cozinha e de um parque infantil, e a aquisição de maquinário de lavanderia, o que aumentará o conforto dos filiados.

Recursos para viabilizar eleição sindical

Edson Mouta, diretor-administrativo do Sisejufe, ponderou que o sindicato atende demandas, e conta com uma estrutura de porte considerável, com uma sede administrativa,

uma campestre e duas salas na rua Senador Dantas, para armazenamento de arquivo e equipamentos, e justificou os custos orçados para as eleições sindicais. “O sindicato é um patrimônio dos servidores. Uma máquina cuja gestão deve ser profissional. Não pode ter amadorismo. O orçamento de 90 mil reais destinado à eleição, não é para promover campanha eleitoral, é para despesas necessárias, é para levar urnas aos sindicalizados não apenas da capital, como do interior, em Angra dos Reis, em Itaperuna, em Campos”, explicou Mouta.

Planejamento estratégico aponta novas frentes de atuação do Sisejufe

Em seguida, a assessora política, Vera Miranda, detalhou o planejamento estratégico do sindicato para 2014, com destaque para a campanha salarial, que será o centro de atuação da entidade, construindo a luta pela reposição das perdas salariais, mobilizando a categoria e instrumentalizando a luta no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal (STF). Com base na demanda dos servidores, o Sisejufe disponibilizará seis cursos de pós-graduação, na modalidade de Ensino a Distância (EAD), atendendo aos sindicalizados que desejarem aumentar o seu percentual de Adicional de Qualificação (AQ).

Miranda destacou ainda que será intensificado o combate ao

assédio moral, com a realização de um seminário no dia 30 de abril e o lançamento de uma cartilha acerca do assunto. Serão apresentados os resultados da pesquisa Sua Saúde é Nossa Pauta 2012-2013, em maio, com uma edição especial da publicação *Ideias em Revista*. Além disso, será ampliada a oferta de convênios, graças a uma parceria com a Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho da 1ª Região (ASJT) e com a colônia de férias do Sindiquinze, em Caraguatatuba (SP). Miranda ressaltou ainda a implementação do Jurídico Itinerante, já iniciado em fevereiro, com o objetivo de levar, aos servidores lotados no interior do estado, as informações mais atuais a respeito das ações coletivas do sindicato, com visitas da assessoria jurídica do Sisejufe.

Oposição não comparece

O que se espera – e se esperou – em uma assembleia de prestação de contas – ou em qualquer outra na qual se pautasse a luta e os destinos de trabalhadores e de sua organização sindical –, e que não foi possível ser observado no fórum que discutiu e deliberou, aprovando-as contas do sindicato por unanimidade, não aconteceu: a presença crítica da oposição sindical no Sisejufe. Lamentavelmente, ela se furtou ao debate e, mesmo, ao aprimoramento da gestão financeira, econômica e política da entidade representativa dos trabalhadores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro. Talvez, ela possa se fazer presente em uma próxima oportunidade. É o que se deseja de quem tem responsabilidades com a categoria e quer dirigi-la, pós-processo eleitoral.

Leia, nas páginas seguintes, o “Balancete de Verificação”, aprovado pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Ordinária do Sisejufe, para o período de janeiro a dezembro de 2013.

*Da Redação.



Sindicalizados, após ouvirem atentamente as informações, aprovaram as contas da entidade

Foto: Fortunato Mauro

Planejamento e previsão orçamentária e financeira do Sisejufe 2014

PLANEJAMENTO E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA SISEJUFÉ 2014		
1.	RECEITAS	
1.1	Consignações	R\$ 3.678.410,88
1.2	Projeção de Crescimento da Consignação - 2%	R\$ 73.568,22
1.3	Contribuição Qualicorp	R\$ 615.393,60
1.4	Projeção de Crescimento da Contribuição Qualicarp - 6%	R\$ 36.923,61
1.5	Receita Fisioterapia	R\$ 8.670,00
1.6	Mensalidades de Cursos	R\$ 10.028,00
1.7	Imposto Sindical	R\$ 179.454,40
1.8	Hospedagem da Sede Campestre	R\$ 12.720,00
1.9	Disponibilidades de 2013	R\$ 434.414,44
	TOTAL	R\$ 5.049.583,15
2.	DESPESAS	
2.1	Imobilizado	
2.1.1	Benfeitorias - Construção Novas Unidades - 12 (Sede Campestre)	R\$ 270.000,00
2.1.2	Construção Cozinha e Aquisição de Mobiliário (Sede Campeste)	R\$ 50.000,00
2.1.3	Construção de Área de Convivência (Sede Campestre)	R\$ 10.000,00
2.1.4	Construção de Parque Infantil (Sede Campestre)	R\$ 10.000,00
2.1.5	Aquisição de Móveis e Utensílios (Sede Campestre)	R\$ 50.000,00
2.1.6	Paisagismo e Ornamentação (Sede Campestre)	R\$ 15.000,00
2.1.7	Recuperação de Acessos (Sede Campestre)	R\$ 15.000,00
2.1.8	Aquisição de Maquinário Lavanderia Industrial (Sede Campestre)	R\$ 60.000,00
2.1.9	Aquisição de moto para atividade de distribuição de impressos	R\$ 15.000,00
	TOTAL	R\$ 495.000,00
2.2	Investimento	
2.2.1	Investimento	R\$ 11.993,26
	TOTAL	R\$ 11.993,26
2.3	Administrativo	
2.3.1	Almoço e Refeições	R\$ 6.000,00
2.3.2	Despesas Cartorárias	R\$ 3.000,00
2.3.3	Condomínios	R\$ 49.500,00
2.3.4	Confecções de Carteiras para os Sindicalizados	R\$ 6.000,00
2.3.5	Confraternização - Final de Ano	R\$ 4.500,00
2.3.6	Contribuições a entidades filiadas - CUT	R\$ 162.889,88
2.3.7	Contribuições a entidades filiadas - FENAJUFE	R\$ 278.000,01
2.3.8	Convênio CMMC Rio Internacional	R\$ 8.400,00
2.3.9	Correios - Correspondências Diversas	R\$ 35.000,00
2.3.10	Custas Judiciais	R\$ 6.000,00
2.3.11	Despesas com Farmácia	R\$ 1.700,00
2.3.12	Despesas Financeiras (tarifas, encargos e taxas)	R\$ 6.900,00
2.3.13	Fotocópias	R\$ 2.100,00
2.3.14	Laudêmio - Sala 444 e 1541	R\$ 800,00
2.3.15	IPTU e ITR	R\$ 15.000,00
2.3.16	IPVA	R\$ 1.100,00
2.3.17	Taxa de Incêndio	R\$ 800,00
2.3.18	Manutenção de Equipamentos	R\$ 3.000,00
2.3.19	Manutenção Predial (Sede, Sede Campestre, Salas 444 e 1541)	R\$ 40.000,00
2.3.20	Passagens/deslocamento/transporte	R\$ 6.900,00
2.3.21	Publicação de Edital	R\$ 15.000,00
2.3.22	Mandato Classista	R\$ 180.000,00
2.3.23	Seguros (Empresarial e Automóvel)	R\$ 12.000,00
2.3.24	Despesas com Energia Elétrica	R\$ 70.000,00
2.3.25	Internet (Oi, Muvivox e Vivo)	R\$ 21.000,00
2.3.26	Telefonia Fixa	R\$ 13.100,00
2.3.27	Telefonia Móvel	R\$ 64.200,00
2.3.28	CIEE - Administração de Estágio	R\$ 4.000,00
2.3.29	Assessoria Parlamentar e Orçamentário	R\$ 25.000,00
2.3.30	Serviços de Contabilidade	R\$ 16.000,00
2.3.31	Lavanderia	R\$ 500,00
2.3.32	Manutenção de Ar-Condicionado	R\$ 9.400,00
2.3.33	Manutenção da Copiadora	R\$ 13.400,00
2.3.34	Manutenção da Telefonia	R\$ 4.000,00
2.3.35	Manutenção de Aplicativos/Software (Pandora/Prolink)	R\$ 7.800,00
2.3.36	Manutenção Portal Internet	R\$ 1.000,00
2.3.37	Manutenção do TI	R\$ 25.000,00
2.3.38	Mão-de-Obra - Terceiros - Pessoa Física	R\$ 30.000,00
2.3.39	Mão-de-Obra - Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 55.000,00
2.3.40	Dispensa (Sede e Sede Campestre)	R\$ 70.000,00
2.3.41	Manutenção Extintores	R\$ 1.100,00
2.3.42	Material para Fisioterapia	R\$ 5.400,00
2.3.43	Suprimento para Impressoras	R\$ 17.600,00
2.3.44	Suprimentos de Informática	R\$ 5.700,00
2.3.45	Despesa com Papelaria	R\$ 15.000,00
2.3.46	Tv por Assinatura - SKY	R\$ 8.000,00
2.3.47	Aquisição de Uniformes	R\$ 1.000,00
2.3.48	Atualização de Equipamentos de Informática	R\$ 30.000,00
2.3.49	Manutenção dos Veículos e Abastecimento	R\$ 35.000,00
	TOTAL	R\$ 1.392.789,89
2.4	Pessoal	
2.4.1	Reestruturação funcionários Sisejufe	R\$ -
2.4.2	Incentivo Educação Formal funcionários	R\$ 16.000,00
2.4.3	Capacitação Funcionários	R\$ 5.000,00
2.4.4	Contratação e recisão de funcionários	R\$ 100.000,00
2.4.5	Vale Transporte	R\$ 30.000,00
2.4.6	Auxílio Alimentação	R\$ 160.000,00
2.4.7	Pagamento 13º salário	R\$ 57.000,00
2.4.8	Encargos Sociais	R\$ 270.000,00
2.4.9	Provisão de Férias	R\$ 60.000,00
2.4.10	Folha de Pagamento	R\$ 605.000,00
2.4.11	Estagiários(as)	R\$ 34.000,00
2.4.12	Horas Extras	R\$ 20.000,00
	TOTAL	R\$ 1.357.000,00
2.5	Departamento Aposentados e Pensionistas	
2.5.1	Encontros Jurídicos	R\$ -
2.5.2	III Jornada de Qualidade de Vida - parceria Depto Saúde	R\$ 1.000,00
2.5.3	IV Encontro Regional Sudeste dos Aposentados e Pensionistas	R\$ 7.200,00
2.5.4	Atividades Culturais	R\$ 2.000,00
2.5.5	Encontros Mensais - Infraestrutura	R\$ -
2.5.6	Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas - MOSAP	R\$ 2.000,00
2.5.7	Campanha do Agasalho	R\$ 6.000,00
2.5.8	3º CONAP	R\$ 4.200,00
2.5.9	Bingo Cultural Sisejufe	R\$ 600,00
2.5.10	Festa de Encerramento DAP	R\$ 4.000,00
	TOTAL	R\$ 27.000,00
2.6	Departamento de Relações com Movimento Social	
2.6.1	Cooperação com atividades dos movimentos sociais	R\$ 40.000,00
	TOTAL	R\$ 40.000,00
2.7	Departamento de Saúde	
2.7.1	Mapeamento Impactos Processos Eletronicos na Saúde do Servidor -trat. e aval. de dados	R\$ 12.000,00
2.7.2	Seminário Impactos do Processo Eletrônico na Saúde do Trabalhador	R\$ 5.000,00
2.7.3	Mapeamento das Condições de Trabalho e Locais Insalubres	R\$ -
2.7.4	Oficinas de Saúde - interior e capital	R\$ 6.000,00
2.7.5	Seminário sobre Assedio Moral e Sexual - parceria com Jurídico	R\$ 2.000,00
2.7.6	Campanha contra o Assedio Moral no Judiciário - parceria com jurídico	R\$ 2.000,00
2.7.7	Apoio e participação eventos Semana do Meio Ambiente Tribunais	R\$ 5.000,00
2.7.8	Apoio Equipe de Corrida JF Itaperuna	R\$ 3.000,00
2.7.9	Periodicidade - reuniões bimensais	R\$ -
	TOTAL	R\$ 35.000,00
2.8	Departamento de Formação e Qualificação	
2.8.1	Curso de formação Historia dos Movimentos Sociais	R\$ 500,00
2.8.2	Curso de Francês -1 turma	R\$ 6.000,00
2.8.3	Samba-Choro - Velha Guarda da Portela/ em 13 de maio	R\$ 10.000,00
2.8.4	Formação e Qualificação em Pôs e Capacitação em EAD	R\$ 180.000,00

2.8.5	Mini Curso Marginais e excluídos na Idade Média	R\$ 600,00
2.8.6	Mini Curso Legislação canônica e monárquica no medievo	R\$ 600,00
2.8.7	Oficina de Cultura Popular	R\$ 700,00
2.8.8	Seminário sobre Relações de Trabalho	R\$ 500,00
2.8.9	Oficina de Percussão	R\$ 1.200,00
	TOTAL	R\$ 200.100,00
2.9	Departamento de Cultura	
2.9.1	Festa Sisejufe - Junina - (junho/julho)	R\$ 45.000,00
2.9.2	Festa Sisejufe - 25 anos Sisejufe - em dezembro	R\$ 60.000,00
2.9.3	Festa de Posse - Setembro	R\$ 35.000,00
2.9.4	Apoio lançamentos literários da categoria	R\$ 10.000,00
2.9.5	Criação de Coral do SISEJUFÉ	R\$ 30.000,00
	TOTAL	R\$ 180.000,00
2.10	Imprensa	
2.10.1	Ilustrações	R\$ 10.000,00
2.10.2	Gráfica Revista Ideias	R\$ 40.000,00
2.10.3	Gráfica Jornal Contraponto	R\$ 84.000,00
2.10.4	Fique Por Dentro Jurídico - 3 edições	R\$ 4.500,00
2.10.5	Fique Por Dentro - Especial PNE	R\$ 1.500,00
2.10.6	Fique Por Dentro - Dia Internacional de Luta das Pessoas Com Deficiência	R\$ 1.500,00
2.10.7	Ideias em Revista - especial Impactos do Processo Eletrônico na Saúde do Servidor	R\$ 6.000,00
2.10.8	Boletim Informativo Ações Coletivas - 01	R\$ 1.500,00
2.10.9	Contraponto Especial Aposentados – 02	R\$ 3.000,00
2.10.10	Contratação de aplicativo para Boletim Eletrônico	R\$ 1.200,00
2.10.11	19º Curso Anual do NPC (2 vagas)	R\$ 1.000,00
2.10.12	Periodicidade	R\$ -
2.10.13	Publicações e Assinaturas	R\$ 700,00
2.10.14	Sistemas (Desenvolvimento Aplicativo - Sede Campestre)	R\$ 4.200,00
2.10.15	Manutenção do Site	R\$ 10.100,00
	TOTAL	R\$ 169.200,00
2.11	Jurídico	
2.11.1	Assistência Jurídica (C&R, Maia e Maia e João Carlos Castelar)	R\$ 442.000,00
2.11.2	Encontro Coletivo Jurídico Fenajufe	R\$ 4.400,00
2.11.3	Assinatura Trimestral Recortes	R\$ 2.100,00
2.11.4	Seminário sobre Assédio Moral	R\$ 10.000,00
2.11.5	Periodicidade - Reuniões Bimensais	R\$ -
2.11.6	Cartilha sobre Assédio Moral	R\$ 6.000,00
2.11.7	Contador Judicial	R\$ 26.000,00
	TOTAL	R\$ 490.500,00
2.12	Núcleo de Gênero e Raça	
2.12.1	Dia Nacional da Consciencia Negra	R\$ 1.000,00
	TOTAL	R\$ 1.000,00
2.13	Núcleo de Oficiais de Justiça	
2.13.1	COJAF, CONOJAF	R\$ 3.000,00
	TOTAL	R\$ 3.000,00
2.14	Núcleo de Pessoas com Deficiência	
2.14.1	Seminário sobre Acessibilidade	R\$ 2.500,00
2.14.2	Encontro Regional De Pessoas Com Deficiência	R\$ 2.500,00
2.14.3	Periodicidade - Reuniões bimensais	R\$ -
	TOTAL	R\$ 5.000,00
2.15	Núcleo de Agentes de Segurança	
2.15.1	II Encontro Regional Sul dos Agentes de Segurança Judiciária do Poder Judiciário	R\$ 6.000,00
2.15.2	5º CONAS	R\$ 6.000,00
	TOTAL	R\$ 12.000,00
2.16	Eleições SISEJUFÉ	
2.16.1	Estrutura e Logística do processo eleitoral	R\$ 90.000,00
	TOTAL	R\$ 90.000,00
2.17	Mobilizações, Campanha Salarial e Greve	
2.17.1	Logísticas	R\$ 10.000,00

2.17.2	Interiorização do sindicato(viagens interior/boletins específicos)	R\$ 20.000,00
2.17.3	Comemoração 25 anos do Sisejufe (peças publicitárias/logomarca/ material comemorativo)	R\$ 20.000,00
2.17.4	Plenaria da Fenajufe	R\$ 30.000,00
2.17.5	Diárias	R\$ 60.000,00
2.17.6	Hospedagem	R\$ 50.000,00
2.17.7	Passagens (Aéreas e Rodoviárias)	R\$ 100.000,00
2.17.8	Greve	R\$ 150.000,00
2.17.9	Atos, Assembleias e Passeatas	R\$ 30.000,00
2.17.10	Carro de Som e Aluguel de ônibus	R\$ 10.000,00
2.17.11	Taxi	R\$ 60.000,00
	TOTAL	R\$ 540.000,00
	TOTAL GERAL	R\$ 5.049.583,15
3.	RESULTADO (Receitas – Despesas)	
		R\$ -
	Saldos (Bancos e Caixa)	
	CEF – Conta corrente JF	R\$ 252.073,89
	CEF – Conta corrente TRT/Contribuição Sindical	R\$ 2.707,82
	CEF – Conta corrente TRT/Boletos	R\$ 16.578,50
	BB - Conta Corrente	R\$ 306,21
	BB - Investimentos	R\$ 161.918,94
	Caixa	R\$ 829,08
	SALDO em 31/12/2013	R\$ 434.414,44



Administração Financ. e Orçamentária
Professor Eduardo Voladares



Argumentação Jurídica
Professor Marcelo Moraes Coetano



Controle de Constitucionalidade
Professora Viviane Pleyzy



Direito Civil
Professor Fábio Azevedo



Direito do Trabalho
Professores Aline Leparaci e Leandro Antunes



Gestão de Pessoas
Professor Eduardo Gnisci



Gestão de Projetos
Professor Antônio Muniz



Gestão da Segurança da Informação
Professor Frederico Sauer



Gestão Pública
Professor Eduardo Gnisci



Direito Penal
Professor João Bosco



Direito Processual Eleitoral
Professor Marcos Ramayana



Direitos e Garantias Fundamentais
Professora Viviane Pleyzy



Direito Penal Econômico
Professores Eliza Pittaro e José Panoeiro



Processo Penal
Professora Jaciane Loureiro



Redação Oficial
Professora Juliana Martins



Segurança de Autoridade
Professor Marcus Vinícius Teixeira



Segurança Patrimonial
Professor Marcus Vinícius Teixeira



Processo Civil
Professor Haroldo Lourenço

Cursos gratuitos de capacitação: acesse a página eletrônica do Sisejufe

Mais de mil servidores já se beneficiaram com a conquista do adicional de qualificação. Aproveitem.

Balancete de verificação

Exercício: 2013

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar
CNPJ: 35.792.035/0001-95
Período de Janeiro a Dezembro de 2013

Grupo: ATIVO							
Acesso	Terc.	Classific.	Nome da Conta	Saldo Inicial	Mov.Débito	Mov.Crédito	Saldo Final
11000-0		1100000000	ATIVO CIRCULANTE				
11100-3		1101000000	NUMERARIOS				
11101-8		1101010000	CAIXA	525,48	D 190.965,81	190.662,21	829,08 D
TOTAL DA CONTA 1101000000				525,48 D	190.965,81	190.662,21	829,08 D
11200-6		1102000000	BANCOS CONTA MOVIMENTO				
11201-0		1102010000	CAIXA ECONOMICA C/C 045-3	156.932,09	D 4.392.224,76	4.297.082,96	252.073,89 D
11203-0		1102030000	CAIXA ECONOMICA C/C 384-6	8.018,82	D 577.901,60	583.212,60	2.707,82 D
11205-9		1102050000	CAIXA ECONOMICA C/C 527-0	7.060,46	D 83.916,82	74.398,78	16.578,50 D
11208-2		1102080000	BANCO DO BRASIL 25270	540,45	D 263.070,94	263.305,18	306,21 D
11209-7		1102090000	BANCO DO BRASIL - APLICAÇÃO	40.809,42	D 177.044,18	55.934,66	161.918,94 D
TOTAL DA CONTA 1102000000				213.361,24 D	5.494.158,30	5.273.934,18	433.585,36 D
11500-4		1105000000	OUTROS CRÉDITOS				
11501-9		1105010000	ADIANTAMENTO DE SALÁRIOS	0,00	141.539,00	141.539,00	0,00
11502-3		1105020000	EMPRESTIMOS A TERCEIROS	5.000,00	D 2.000,04	7.000,04	0,00
11504-2		1105040000	ADIANTAMENTO DE 13 SALÁRIO	0,00	5.152,00	5.152,00	0,00
11506-1		1105060000	ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	3.875,56	D 4.185,60	8.061,16	0,00
TOTAL DA CONTA 1105000000				8.875,56 D	152.876,64	161.752,20	0,00
TOTAL DA CONTA 1100000000				222.762,28 D	5.838.000,75	5.626.348,59	434.414,44 D
13000-4		1300000000	ATIVO PERMANENTE				
13100-7		1301000000	INVESTIMENTOS				
13101-1		1301010000	SISTEMAS E SOFTWARE'S	42.867,47	D 8.819,18	0,00	51.686,65 D
13102-6		1301020000	EQUIPAMENTOS P/COMUNICAÇÃO	42.209,96	D 0,00	0,00	42.209,96 D
TOTAL DA CONTA 1301000000				85.077,43 D	8.819,18	0,00	93.896,61 D
13200-0		1302000000	IMOBILIZADO				
13201-4		1302010000	IMOVEIS	1.042.844,54	D 150.000,00	0,00	1.192.844,54 D
13202-9		1302020000	VEICULOS	114.439,05	D 42.700,00	0,00	157.139,05 D
13204-8		1302040000	MOVEIS E UTENSILIOS	153.538,70	D 51.229,31	0,00	204.768,01 D
13205-2		1302050000	INSTALACOES	297.639,08	D 0,00	0,00	297.639,08 D
13206-7		1302060000	COMPUTADORES E PERIFERICOS	108.883,26	D 17.133,95	0,00	126.017,21 D
13208-6		1302080000	VAGA DE ESTACIONAMENTO	13.500,00	D 0,00	0,00	13.500,00 D
13210-3		1302100000	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	43.243,60	D 0,00	0,00	43.243,60 D
13213-7		1302130000	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	100.043,62	D 2.753,91	0,00	102.797,53 D
13215-6		1302150000	BENEFITORIAS	11.155,64	D 0,00	0,00	11.155,64 D
13216-0		1302160000	BENEFITORIAS SEDE CAMPESTRE	12.845,00	D 454.272,77	0,00	467.117,77 D
13217-5		1302170000	CELULARES E APAR. ELETRÔNICOS	17.601,39	D 3.452,29	0,00	21.053,68 D
13220-7		1302200000	BIBLIOTECA	7.279,80	D 500,00	0,00	7.779,80 D
13221-1		1302210000	INSTRUMENTOS MUSICAIS	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00 D
TOTAL DA CONTA 1302000000				1.923.013,68 D	725.242,23	0,00	2.648.255,91 D
TOTAL DA CONTA 1300000000				2.008.091,11 D	734.061,41	0,00	2.742.152,52 D
T O T A L D O G R U P O				2.230.853,39 D	6.572.062,16	5.626.348,59	3.176.566,96 D



Fotos: Fortunato Mauro

Acesso	Terc.	Classific.	Nome da Conta	Saldo Inicial	Mov.Débito	Mov.Crédito	Saldo Final
21000-1		2100000000	PASSIVO CIRCULANTE				
21200-7		2102000000	DERITOS SOCIAIS				
21201-1		2102010000	INSS A RECOLHER	20.978,05	C 235.603,17	237.089,26	22.464,14 C
21202-6		2102020000	FGTS A RECOLHER	4.151,59	C 52.847,62	52.694,00	3.997,97 C
21204-5		2102040000	IRRF S/SALÁRIO	3.943,84	C 43.035,28	44.367,81	5.276,37 C
21205-0		2102050000	IRRF S/FÉRIAS	783,99	D 2.178,28	2.962,27	0,00
21206-4		2102060000	PIS S/FOLHA DE PAGAMENTO	596,03	C 6.473,72	6.402,37	524,68 C
21207-9		2102070000	IRRF S/13 SALÁRIO	2.903,92	C 5.733,98	2.830,06	0,00
21208-3		2102080000	IR RETIDO NA FONTE	1.227,31	C 3.968,40	2.989,27	248,18 C
21212-0		2102120000	PCC (COD 5952) A RECOLHER	2.929,50	C 15.441,01	13.554,13	1.042,62 C
21213-4		2102130000	PSS	0,00	4.311,94	4.311,94	0,00
TOTAL DA CONTA 2102000000				35.946,25 C	369.593,40	367.201,11	33.553,96 C
21300-0		2103000000	DERITOS FISCAIS RETENÇÃO				
21301-4		2103010000	IRRF CÓDIGO 1708	1.306,68	C 7.088,75	6.767,29	985,22 C
TOTAL DA CONTA 2103000000				1.306,68 C	7.088,75	6.767,29	985,22 C
21500-5		2105000000	OUTROS CREDITOS				
21501-0		2105010000	SALARIOS A PAGAR	0,00	733.758,93	733.758,93	0,00
21502-4		2105020000	FÉRIAS A PAGAR	0,00	41.527,46	37.341,86	4.185,60 D
21503-9		2105030000	CONTR. SINDICAL A RECOLHER	84,00	C 3.456,43	2.460,35	87,92 C
21504-3		2105040000	13 SALÁRIO A PAGAR	0,00	44.298,95	44.298,95	0,00
21507-7		2105070000	CONTAS A PAGAR	0,00	222.939,53	249.895,19	26.956,66 C
TOTAL DA CONTA 2105000000				84,00 C	1.044.981,30	1.067.758,28	22.860,98 C
TOTAL DA CONTA 2100000000				37.336,93 C	1.421.663,45	1.441.726,68	57.400,16 C
24000-7		2400000000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
24500-0		2405000000	RESULTADO DO EXERCÍCIO				
24512-3		2405200000	SUPERAVIT/DEFCIT ACUMULADOS	2.193.516,46	C 0,00	925.650,34	3.119.166,80 C
TOTAL DA CONTA 2405000000				2.193.516,46 C	0,00	925.650,34	3.119.166,80 C
TOTAL DA CONTA 2400000000				2.193.516,46 C	0,00	925.650,34	3.119.166,80 C
T O T A L D O G R U P O				2.230.853,39 C	1.421.663,45	2.367.377,02	3.176.566,96 C

Eneje aprova federalização da Justiça Eleitoral e outras demandas

Bruno Franco*

No Encontro Nacional do Eleitoral (Eneje) da Fenajufe, realizado no dia 5 de abril, foi aprovada a federalização da Justiça Eleitoral. A medida, no entanto, ainda precisará ser amplamente discutida na base da categoria. Durante o evento foram discutidas diversas demandas e uma pauta de reivindicações que nortearão a mobilização dos trabalhadores da área.

Foi informado, durante o Encontro, que o Tribunal Superior

Eleitoral (TSE) não demonstra boa vontade em relação ao Projeto de Lei 7.027/2013 (que cria cargos efetivos e funções comissionadas nos quadros de pessoal dos tribunais regionais, destinados às zonas eleitorais (ZE) e transforma funções de chefes de cartórios), alegando que a verba é insuficiente para o quantitativo de cargos.

Uma estratégia sugerida para garantir a aprovação urgente do PL 7.027, seria pressionar o futuro presidente do TSE, ministro José Antônio Dias Toffoli, com ameaça de greve que inviabilizaria

as eleições de outubro. Outra sugestão aventada foi de que a criação dos 7.400 cargos seja fracionada, ao longo de cinco anos, de modo a possibilitar a obtenção de outras conquistas.

Foi deliberado que todos os juízes enviem ofícios aos TRE pedindo a criação da função especializada de oficial de Justiça por Central de Mandado, e não por zona eleitoral, posto que nem todas as ZE têm diligências a realizarem. Nesse sentido, foi decidido que a categoria pressione os parlamentares, requerendo urgência para que

os recursos necessários sejam incluídos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Em relação ao Concurso Nacional de Redistribuição e Remoção, os participantes consideraram que apesar da resolução não ser a ideal, a categoria deveria pressionar pela sua aprovação, com a ressalva de não haver restrição nas remoções, sem a necessidade de equivalência de cargos, exceto nas carreiras específicas (médicos, engenheiros etc). A avaliação feita no Eneje é que o TSE não editou, ainda, uma resolução acerca da

redistribuição e remoção, pois se acostumou com o instituto da requisição.

Os participantes do encontro sugeriram, também, que os sindicatos de base denunciem ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) as péssimas condições de trabalho a que estão submetidos os servidores da Justiça Eleitoral, principalmente em anos eleitorais, acarretando sérios problemas de saúde e qualidade de vida.

*Da Redação.

Balancete de verificação

Exercício: 2013

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar CNPJ: 35.792.035/0001-95
Período de Janeiro a Dezembro de 2013

Grupo: DESPESAS							
Acesso	Terc.	Classific.	Nome da Conta	Saldo Inicial	Mov.Débito	Mov.Crédito	Saldo Final
51999-2		5100000000	DESPESAS DO EXERCICIO				
51100-7		5101000000	DESPESAS CUSTEADAS C/SINDICAL				
51101-1		5101010000	ASSISTENCIA JURÍDICA	0,00	335.947,36	0,00	335.947,36 D
TOTAL DA CONTA 5101000000				0,00	335.947,36	0,00	335.947,36 D
51200-0		5102000000	DESPESAS ADMINISTRATIVAS				
51202-9		5102020000	MANUTENÇÃO E COMBUST-VEÍCULOS	0,00	26.474,23	0,00	26.474,23 D
51203-3		5102030000	ASSESSORIA PARLAMENTAR	0,00	8.219,80	0,00	8.219,80 D
51204-8		5102040000	PANFLETADORES (JORNAL/REVISTA)	0,00	17.373,36	0,00	17.373,36 D
51205-2		5102050000	IPVA	0,00	744,39	0,00	744,39 D
51206-7		5102060000	ENERGIA ELETR SEDE E SALAS	0,00	37.878,48	0,00	37.878,48 D
51207-1		5102070000	MANUTENÇÃO AR-CONDICIONADO	0,00	9.775,70	0,00	9.775,70 D
51208-6		5102080000	PASSAGENS/ESTACIONAMENTO	0,00	63.826,87	1.100,69	62.726,18 D
51209-0		5102090000	TÁXI	0,00	49.863,91	150,60	49.713,31 D
51210-3		5102100000	VIAGENS (DIÁRIAS/HOSPEDAGEM)	0,00	76.353,04	1.431,00	74.922,04 D
51211-8		5102110000	MANUTENÇÃO DE TELEFONES	0,00	3.685,08	0,00	3.685,08 D
51212-2		5102120000	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	0,00	12.109,57	0,00	12.109,57 D
51213-7		5102130000	MAT DE CONSUMO IMPRESSORAS	0,00	9.139,83	0,00	9.139,83 D
51214-1		5102140000	CONDOMINIO SEDE	0,00	40.752,32	0,00	40.752,32 D
51215-6		5102150000	CONDOMÍNIO CMMC	0,00	7.635,19	0,00	7.635,19 D
51216-0		5102160000	CONDOMÍNIO SALAS 444 E 1541	0,00	11.835,00	0,00	11.835,00 D
51217-5		5102170000	CORREIO	0,00	29.236,42	0,00	29.236,42 D
51218-0		5102180000	SEGUROS	0,00	7.935,16	0,00	7.935,16 D
51219-4		5102190000	PUBLICAÇÕES/ASSINATURAS	0,00	5.270,30	0,00	5.270,30 D
51220-7		5102200000	TV POR ASSINATURA	0,00	1.845,46	0,00	1.845,46 D
51221-1		5102210000	HONORÁRIOS CONTÁBEIS	0,00	13.119,30	0,00	13.119,30 D
51222-6		5102220000	IPTU	0,00	2.405,62	0,00	2.405,62 D
51223-0		5102230000	MAT DE CONSUMO FISIOTERAPIA	0,00	4.629,51	0,00	4.629,51 D
51224-5		5102240000	MATERIAL DE LIMPEZA	0,00	2.735,27	0,00	2.735,27 D
51225-0		5102250000	COPA/ALIMENTAÇÃO	0,00	34.685,23	0,00	34.685,23 D
51226-4		5102260000	FOTOCÓPIAS/CARTÓRIO	0,00	7.240,06	1.301,00	5.939,06 D
51227-9		5102270000	ESTACIONAMENTO/PEDÁGIOS	0,00	5.959,58	0,00	5.959,58 D
51228-3		5102280000	UNIFORMES	0,00	421,26	0,00	421,26 D
51229-8		5102290000	AUXILIOS E DOAÇÕES	0,00	15.739,20	0,00	15.739,20 D
51230-0		5102300000	EVENTOS	0,00	132.497,37	0,00	132.497,37 D
51233-4		5102330000	SERVIÇOS PRESTADOS-PF	0,00	18.934,25	0,00	18.934,25 D
51234-9		5102340000	MANUTENÇÃO DE IMÓVEL	0,00	53.392,38	0,00	53.392,38 D
51235-3		5102350000	FARMÁCIA	0,00	238,59	0,00	238,59 D
51236-8		5102360000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	8.253,64	0,00	8.253,64 D
51237-2		5102370000	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0,00	45.777,88	0,00	45.777,88 D
51239-1		5102390000	INSS	0,00	168.889,30	0,00	168.889,30 D
51240-4		5102400000	FGTS	0,00	62.904,55	0,00	62.904,55 D
51241-9		5102410000	COND SEDE CAMPESTRE	0,00	3.860,00	0,00	3.860,00 D
51242-3		5102420000	DESCONTOS	0,00	0,05	0,00	0,05 D
TOTAL DA CONTA 5102000000				0,00	1.001.637,15	3.983,29	997.653,86 D
TOTAL DA CONTA 5100000000				0,00	1.337.584,51	3.983,29	1.333.601,22 D
52000-6		5200000000	DESPESAS COM PESSOAL				
52100-9		5201000000	DESPESAS COM PESSOAL				
52101-3		5201010000	VALE TRANSPORTE	0,00	38.709,95	13.265,82	25.444,13 D
52102-8		5201020000	AUXILIO ALIMENTAÇÃO	0,00	145.575,91	2.394,86	143.181,05 D
52103-2		5201030000	13 SALÁRIO	0,00	54.882,39	2,71	54.879,68 D

Sisejufe convoca Assembleia Geral Extraordinária para deflagração de greve da categoria

2 | ODIA | CLASSIFICADOS | TERÇA-FEIRA, 08 DE ABRIL DE 2014

SISEJUFEBRASIL

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DOS SERVIDORES DAS JUSTIÇAS FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SISEJUFEBRASIL, através do diretor abaixo-assinado, pelo presente Edital convoca todos os servidores das justiças: Federal, TRF, Eleitoral, Militar e do Trabalho a comparecerem a ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 29 de abril de 2014, às 13 horas em 1ª chamada e às 13 horas e 30 minutos em 2ª e última chamada, na Avenida Rio Branco, 243 – Centro – Rio de Janeiro - RJ, tendo como pauta de discussão o seguinte:

1) Indicativo de greve por tempo indeterminado.

Rio de Janeiro, RJ, 7 de abril de 2014.

Assina este edital
Valter Nogueira Alves
Diretor Presidente

CURSO DE PERCUSSÃO DO SISEJUFEBRASIL RECOMEÇA EM ABRIL. INSCREVA-SE JÁ, É GRATUITO!

Oficina de percussão do Sisejufe/Sintrasef, com o percussionista Marcello Mattos, músico e professor de percussão, atuante em vários grupos no Rio de Janeiro.

Instrumentos oferecidos:



Surdo



Caixa



Repique



Tamborim

Todas as terça-feira, às 19h30min no Sisejufe. Aulas de 1h30min. Início dia 29 de abril. Valor do curso: para filiados ao Sisejufe gratuito. Para os demais alunos R\$50,00.

Pré matrícula aberta no e-mail: formacao@sisejufe.org.br

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro

End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar

CNPJ: 35.792.035/0001-95

Período de Janeiro a Dezembro de 2013

Grupo: DESPESAS

Acesso	Terc.	Classific.	Nome da Conta	Saldo Inicial	Mov.Débito	Mov.Crédito	Saldo Final
52105-1		5201050000	FÉRIAS	0,00	74.521,40	0,00	74.521,40 D
52106-6		5201060000	FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	568.350,40	3.457,51	564.892,89 D
52107-0		5201070000	DIRETOR LIBERADO-SALÁRIO	0,00	46.887,88	0,00	46.887,88 D
52109-0		5201090000	ESTAGIÁRIOS(AS)	0,00	12.022,56	0,00	12.022,56 D
52110-2		5201100000	RESCISÕES DE CONTRATO TRABALHO	0,00	76.426,93	56.817,47	19.609,46 D
52111-7		5201110000	ASSIST MÉDICA E ODONTOLÓGICA	0,00	186.694,16	8.000,28	178.693,88 D
52112-1		5201120000	ADICIONAL NOTURNO	0,00	2.014,15	0,00	2.014,15 D
52114-0		5201140000	HORAS EXTRAS	0,00	34.433,49	2.518,52	31.914,97 D
TOTAL DA CONTA 5201000000				0,00	1.240.519,22	86.457,17	1.154.062,05 D
TOTAL DA CONTA 5200000000				0,00	1.240.519,22	86.457,17	1.154.062,05 D
53000-8		5300000000	DESPESAS COM NÚCLEOS				
53600-4		5306000000	FORMAÇÃO E CULTURA				
53601-9		5306010000	CURSO DE FORMAÇÃO	0,00	97.831,98	74,00	97.757,98 D
TOTAL DA CONTA 5306000000				0,00	97.831,98	74,00	97.757,98 D
TOTAL DA CONTA 5300000000				0,00	97.831,98	74,00	97.757,98 D
54000-0		5400000000	DESPESAS GERAIS				
54100-2		5401000000	IMPRENSA				
54101-7		5401010000	ILUSTRAÇÕES	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00 D
54102-1		5401020000	GRÁFICA REVISTA IDÉIAS	0,00	25.565,00	0,00	25.565,00 D
54103-6		5401030000	GRÁFICA JORNAL CONTRAPONTO	0,00	102.485,00	0,00	102.485,00 D
54104-0		5401040000	MATÉRIAS PARA JORNAL/REVISTA	0,00	42.670,00	0,00	42.670,00 D
TOTAL DA CONTA 5401000000				0,00	177.720,00	0,00	177.720,00 D
54200-5		5402000000	JURÍDICO				
54201-0		5402010000	HONORARIOS CONTABEIS JURIDICO	0,00	20.525,54	0,00	20.525,54 D
54202-4		5402020000	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	0,00	72.891,49	0,00	72.891,49 D
54205-8		5402050000	ASSINAT TRIM PRECISA RECORTES	0,00	1.642,64	0,00	1.642,64 D
54206-2		5402060000	DESPESAS JURIDICAS DIVERSAS	0,00	1.675,42	0,00	1.675,42 D
TOTAL DA CONTA 5402000000				0,00	96.735,09	0,00	96.735,09 D
54300-8		5403000000	MOVIMENTOS SOCIAIS/SINDICAIS				
54301-2		5403010000	CUT CONTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA	0,00	91.933,52	0,00	91.933,52 D
54302-7		5403020000	FENAJUFE CONTR ESTATUTÁTRIA	0,00	207.367,52	0,00	207.367,52 D
54303-1		5403030000	APOIO AO MOVIMENTO SOCIAL	0,00	20.370,00	0,00	20.370,00 D
TOTAL DA CONTA 5403000000				0,00	319.671,04	0,00	319.671,04 D
54500-3		5405000000	ATIVID POLÍTICAS ORGANIZADAS				
54502-2		5405020000	7º CONGREJUFE	0,00	153.000,00	0,00	153.000,00 D
54505-6		5405050000	CONGR ESTAT/PLENÁRIA FENAJUFE	0,00	20.400,00	0,00	20.400,00 D
TOTAL DA CONTA 5405000000				0,00	173.400,00	0,00	173.400,00 D
54600-6		5406000000	TELEFONIA E INFORMÁTICA				
54601-0		5406010000	TELEFONIA FIXA	0,00	13.472,18	0,00	13.472,18 D
54602-5		5406020000	TELEFONIA CELULAR	0,00	95.232,51	0,00	95.232,51 D
54603-0		5406030000	MANUTENÇÃO DO PORTAL SISEJUFE	0,00	16.486,44	0,00	16.486,44 D
54604-4		5406040000	CONEXÃO INTERNET BANDA LARGA	0,00	17.119,98	0,00	17.119,98 D

Curso: Leitura e crítica aos textos medievais

Dias: 16 e 30 de abril e 07 e 14 de maio de 2014, às 14h, no Sisejufe (Av. Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – RJ)

A atividade tem por objetivo apresentar e discutir diferentes tipos de textos medievais, sua disponibilidade de acesso para os pesquisadores e as várias possibilidades de abordagem com as quais podem ser trabalhados

Balancete de verificação

Exercício: 2013

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro

End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar

CNPJ: 35.792.035/0001-95

Período de Janeiro a Dezembro de 2013

Grupo: DESPESAS							
Acesso	Terc.	Classific.	Nome da Conta	Saldo Inicial	Mov.Débito	Mov.Crédito	Saldo Final
54605-9		5406050000	HOSPEDAGEM DO PORTAL	0,00	407,50	0,00	407,50 D
TOTAL DA CONTA 5406000000				0,00	142.718,61	0,00	142.718,61 D
TOTAL DA CONTA 5400000000				0,00	910.244,74	0,00	910.244,74 D
55000-1		5500000000	DESPESAS TRIBUTÁRIAS				
55100-4		5501000000	DESPESAS TRIBUTÁRIAS				
55101-9		5501010000	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	387.256,17	0,00	387.256,17 D
55102-3		5501020000	IMPOSTOS, TAXAS E ONTRIBUIÇÕES	0,00	17.636,16	0,00	17.636,16 D
55103-8		5501030000	CUSTAS JUDICIAIS	0,00	20.073,49	7.266,43	12.807,06 D
55104-2		5501040000	PIS S/FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	6.402,37	0,00	6.402,37 D
TOTAL DA CONTA 5501000000				0,00	431.368,19	7.266,43	424.101,76 D
TOTAL DA CONTA 5500000000				0,00	431.368,19	7.266,43	424.101,76 D
56000-3		5600000000	DESPESAS FINANCEIRAS				
56100-6		5601000000	DESPESAS FINANCEIRAS				
56101-0		5601010000	MULTAS E MORA FISCAL	0,00	2.698,38	0,00	2.698,38 D
56102-5		5601020000	DESPESAS BANCÁRIAS	0,00	6.888,48	0,00	6.888,48 D
56103-0		5601030000	IRRF S/APLICAÇÕES	0,00	1.129,22	0,00	1.129,22 D
TOTAL DA CONTA 5601000000				0,00	10.716,08	0,00	10.716,08 D
TOTAL DA CONTA 5600000000				0,00	10.716,08	0,00	10.716,08 D
59000-9		5900000000	APURAÇÃO DE RESULTADOS				
59600-5		5906000000	RESULTADO DO EXERCÍCIO				
59612-8		5906120000	RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	925.650,34	0,00	925.650,34 D
TOTAL DA CONTA 5906000000				0,00	925.650,34	0,00	925.650,34 D
TOTAL DA CONTA 5900000000				0,00	925.650,34	0,00	925.650,34 D
T O T A L D O G R U P O				0,00	4.953.915,06	97.780,89	4.856.134,17 D

Coral do Sisejufe inicia os trabalhos dia 6 de maio. Inscrições já estão abertas

A direção do sindicato espera que o Coral do Sisejufe possa trazer além de todos estes benefícios, fortaleça ainda mais a identidade coletiva da nossa categoria

O Coral do Sisejufe fará sua primeira reunião no dia 6 de maio. As inscrições encontram-se abertas por meio do e-mail contato@sisejufe.org.br, ou pelo telefone (21) 2215-2443, falar com Roberto Marins. O coral é mais uma iniciativa do sindicato na área cultural para envolver

os servidores e servidoras que gostam de cantar e que já participam ou pretendem iniciar sua participação nesta construção coletiva e harmoniosa. O coro passa a ser uma opção também para os servidores que participavam do Coral do TRF2 e do Coral do TRE-RJ. O maestro Eduardo, regente do extinto coral do TRF2, será

responsável pela condução dos trabalhos da iniciativa do Sisejufe, e esperamos fazer deste espaço democrático e de construção coletiva, um ambiente único para o servidor soltar a voz e se livrar do stress do dia a dia. Segundo reportagem do Jornal do Brasil, os benefícios do canto são inúmeros, tendo em vista que está mais do que comprovado que a música reage de forma positiva no cérebro, e tocar instrumentos, fortalece e melhora a coordenação motora. Além disso, a música diminui o estresse e reforça o sistema imunológico, reduzindo os sen-

timentos de ansiedade, solidão, e depressão, males que atingem a sociedade moderna, principalmente os idosos. Além de vários depoimentos, a matéria também aborda os benefícios resultantes da mistura de inserção social e música que o coral proporciona. “A música é capaz de trazer a leveza para as adversidades do dia a dia. Outro detalhe muito importante, é que através dos exercícios vocais, muitas pessoas conseguem diminuir ou até mesmo abandonar o uso do fumo, álcool, e drogas. Agentes, que prejudicam os pulmões e os reflexos auditivos

e visuais”, informa trecho da matéria, que também aborda os aspectos democráticos do canto coral. “Os corais são sinônimos de democracia, uma vez que todos se ajudam. Muito além de sua beleza, é um trabalho comunitário que traz benefícios para os integrantes, para as empresas que os organizam, e para a saúde de cada um”. A direção do sindicato espera que o Coral do Sisejufe possa trazer além de todos estes benefícios, fortaleça ainda mais a identidade coletiva da nossa categoria.